

ENTRE O SABER E O FAZER: A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL SER OFERTADO COMO DISCIPLINA NO CURSO

PEDRO AUGUSTO

Universidade Federal de Goiás (UFG)

GILBERTO CRISPIM

Universidade Federal de Goiás (UFG)

EMERSON SANTANA DE SOUZA

Universidade Federal de Goiás (UFG)

CLEUTON CLENES DA SILVA

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Resumo: O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção dos docentes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia de uma Instituição Federal de Ensino Superior acerca da relevância do planejamento financeiro pessoal, buscando compreender como características socioeconômicas, profissionais e comportamentais influenciam atitudes e conhecimentos financeiros. A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa, utilizando questionários estruturados aplicados a 57 docentes efetivos e 7 substitutos, com dados tratados por técnicas estatísticas robustas, análise descritiva, testes qui-quadrado, análise fatorial exploratória, análise de clusters e regressões logísticas (binária e ordinal). Os resultados indicaram perfil predominante masculino (66,7%), casado (66,7%) e com média etária de 41,8 anos, demonstrando estabilidade econômica e maturidade profissional. A análise fatorial revelou três dimensões latentes, estabilidade patrimonial, responsabilidade familiar e maturidade profissional, que explicaram 73% da variância total. A análise de agrupamento identificou três perfis docentes: (i) jovens em consolidação, (ii) experientes com responsabilidades familiares e (iii) estáveis e patrimonializados. A regressão logística binária demonstrou que idade, tempo de atuação, posse de casa própria, previdência privada e hábito de poupar são determinantes significativos da propensão ao investimento. Já a regressão ordinal indicou que docentes mais velhos, com maior tempo de carreira e comportamento financeiro disciplinado apresentam maior concordância quanto à obrigatoriedade da educação financeira no ensino superior. Por fim, o comportamento financeiro dos docentes está associado a fatores de ciclo de vida, estabilidade profissional e práticas de poupança, e que a valorização da educação financeira cresce com a maturidade e segurança econômica. Tais achados reforçam a necessidade de inclusão sistemática da educação financeira nos currículos das áreas de negócios, contribuindo para a formação de profissionais mais conscientes, preparados e financeiramente equilibrados.

Palavras-chave: Planejamento financeiro pessoal; Educação financeira; Comportamento financeiro; Docentes; Ensino superior.

Área temática: Tópicos Contemporâneos em Contabilidade (TCC)

1. Introdução

O planejamento financeiro pessoal configura-se como uma ferramenta fundamental para a promoção do bem-estar econômico dos indivíduos, uma vez que possibilita o gerenciamento eficiente dos recursos financeiros e a consecução de metas pessoais. No âmbito acadêmico, os cursos superiores em administração, economia e ciências contábeis exercem papel significativo na formação de profissionais aptos a enfrentar as complexidades inerentes

à gestão financeira. Todavia, a percepção dos discentes dessas áreas acerca do planejamento financeiro pessoal permanece como uma temática ainda insuficientemente investigada na literatura especializada (Bernheim, Garrett, & Maki, 2001).

Observa-se, entretanto, que o ensino formal voltado ao planejamento financeiro pessoal ainda se mostra incipiente na maioria das instituições de ensino superior, o que resulta em lacunas substanciais no repertório de conhecimentos tanto dos estudantes quanto dos docentes. Tal defasagem educacional pode comprometer a capacidade de ambos os grupos em tomar decisões financeiras fundamentadas, acarretando possíveis implicações negativas, como dificuldades econômicas que podem repercutir adversamente no desempenho acadêmico e na estabilidade financeira a longo prazo (Kaiser, & Lusardi, 2024).

A análise desse contexto contribui para uma compreensão aprofundada das demandas financeiras presentes no ambiente acadêmico, ao mesmo tempo em que evidencia a importância da inserção da educação financeira na formação dos futuros profissionais. Tal inserção revela-se essencial, considerando que esses indivíduos estarão, em sua trajetória profissional, envolvidos tanto com a administração de suas próprias finanças quanto com a gestão de recursos no âmbito das organizações em que atuarem (Cravo et al., 2025).

Não obstante a crescente relevância do planejamento financeiro no contexto individual e organizacional, observa-se que um número significativo de pessoas ainda carece de conhecimentos adequados acerca desse tema, o que pode resultar na adoção de decisões econômicas inadequadas, com potenciais repercussões negativas tanto na trajetória acadêmica quanto no desenvolvimento profissional (Dullius, & Carraro, 2024). Nesse sentido, investigar a percepção de docentes dos cursos administração, contabilidade e de economia, acerca do planejamento financeiro pessoal revela-se pertinente, na medida em que permite identificar lacunas de conhecimento, desafios

O planejamento financeiro pessoal é uma habilidade relevante para o bem-estar econômico e a estabilidade dos indivíduos, sendo particularmente relevante no contexto acadêmico dos cursos de administração, economia e ciências contábeis (Bernheim, Garrett & Maki, 2001; Kaiser, & Lusardi, 2024). No entanto, a carência de uma educação formal estruturada sobre o tema nas instituições de ensino superior evidencia lacunas significativas na formação de estudantes e docentes, o que pode comprometer a tomada de decisões financeiras conscientes e impactar negativamente tanto o desempenho acadêmico quanto o desenvolvimento profissional (Cravo et al., 2025). Assim, torna-se pertinente investigar e fomentar a percepção e o conhecimento sobre planejamento financeiro pessoal nesse meio, promovendo a inserção efetiva da educação financeira na formação dos futuros profissionais, a fim de prepará-los adequadamente para gerir suas finanças e os recursos das organizações em que atuarão (Dullius, & Carraro, 2024).

Diante desse contexto, formula-se o seguinte problema de pesquisa: qual a percepção dos docentes vinculados aos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia de uma Instituição do Ensino Superior (IES) federal acerca da relevância do planejamento financeiro pessoal? Com o propósito em auxiliar na resposta ao problema de pesquisa proposto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos docentes vinculados aos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia de uma IES federal acerca da relevância do planejamento financeiro pessoal.

Ao articular a percepção desses sujeitos com a análise das ementas das disciplinas que compõem as referidas graduações, busca-se produzir subsídios que possam orientar a formulação de estratégias educacionais voltadas à promoção da educação financeira no contexto universitário, contribuindo para o aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem relacionados à gestão financeira pessoal.

Face ao exposto, a pesquisa se justifica pela importância crescente da gestão financeira eficaz na vida dos indivíduos. A literatura destaca que o planejamento financeiro pessoal é essencial para alcançar a independência financeira e melhorar a qualidade de vida, permitindo que as pessoas controlem suas finanças, evitem dívidas e realizem seus objetivos financeiros a curto, médio e longo prazo (Albarez, & Moreira Filho, 2024).

Além disso, a educação financeira tem sido reconhecida como um fator crítico para o desenvolvimento de habilidades financeiras, mas muitas vezes não é adequadamente abordada nos currículos acadêmicos (Bittencourt, & Neves, 2015). Portanto, entender como esses profissionais em formação percebem o planejamento financeiro pessoal pode ajudar a identificar lacunas na formação acadêmica e contribuir para a melhoria da educação financeira.

A Educação Financeira é abordada na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) como um tema transversal, ou seja, deve ser integrada em diversas disciplinas e áreas do conhecimento, especialmente em Matemática e Ciências da Natureza, ao longo de toda a Educação Básica. A BNCC reconhece a importância da educação financeira para a formação integral dos estudantes, preparando-os para lidar com questões de consumo, trabalho e dinheiro de forma consciente e crítica. A BNCC não define a educação financeira como uma disciplina específica, mas sim como um tema que permeia diferentes áreas do conhecimento. Isso significa que os professores devem buscar oportunidades para abordar a educação financeira em suas aulas, relacionando-a com os conteúdos curriculares e com a realidade dos alunos.

Ainda sobre a justificativa do estudo, na perspectiva teórica, a pesquisa contribui para o avanço da literatura ao examinar de forma aprofundada a percepção dos docentes acerca do planejamento financeiro pessoal, oferecendo subsídios para uma compreensão mais detalhada sobre a valorização, a aplicabilidade e a eficácia das práticas financeiras no contexto universitário. No âmbito empírico, apresenta evidências relevantes obtidas por meio da coleta e análise de dados referentes a percepção e comportamento financeiro desse grupo, possibilitando o desenvolvimento e o aprimoramento de modelos teóricos mais robustos voltados à educação financeira no ensino superior.

Do ponto de vista social, a identificação de lacunas na formação acadêmica relacionadas ao tema em questão permite não apenas propor melhorias nos currículos dos cursos investigados, como também contribuir para a promoção de uma educação financeira mais eficiente e contextualizada, com potencial para mitigar os níveis de estresse financeiro entre estudantes e professores.

Tal abordagem, ao influenciar positivamente a qualidade de vida dos indivíduos, revela-se estratégica para a construção de uma sociedade mais financeiramente estável e segura. Ademais, os achados desta investigação possuem aplicabilidade prática, uma vez que podem subsidiar o desenvolvimento de programas de educação financeira mais eficazes e alinhados às necessidades específicas da comunidade acadêmica, além de viabilizar a oferta de orientações financeiras personalizadas, voltadas ao aprimoramento da capacidade de planejamento e à consecução dos objetivos financeiros de maneira mais consciente e eficiente.

2. Referencial Teórico

O referencial teórico em uma pesquisa científica representa a base conceitual e acadêmica que sustenta o estudo. Ele é constituído por teorias, conceitos, modelos e pesquisas anteriores que tratam do tema investigado, servindo como alicerce para a formulação do problema, dos objetivos, das hipóteses e da metodologia (Olivarez- Bonilla, 2019). Seu principal papel é contextualizar o estudo dentro do conhecimento já existente, evidenciando o que já foi produzido sobre o assunto, quais são as principais contribuições e lacunas na literatura, e como a pesquisa proposta se insere nesse panorama. Assim, o referencial teórico

garante a fundamentação científica do trabalho, conferindo-lhe credibilidade, coerência e relevância (Salinas-Atausinchi et al., 2023).

2.1 Cursos de Administração, Contabilidade e Economia

A formação de profissionais nas áreas de Administração, Contabilidade e Economia desempenha papel estratégico no desenvolvimento social e econômico do país. Nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) são documentos norteadores da identidade dos cursos e refletem as diretrizes do ensino superior brasileiro. É por meio dos PPCs que se compreende como as IES estruturam a formação acadêmica, quais competências são valorizadas, e de que forma os cursos dialogam com os desafios contemporâneos (Brasil, 1996). É por meio dos PPCs que as IES revelam esforços significativos para atualizar os currículos e atender às demandas do mundo do trabalho. No entanto, ainda há desafios quanto à articulação entre teoria e prática, interdisciplinaridade e inovação pedagógica (Melo & Sousa, 2022).

O PPC é um documento norteador que expressa a identidade de um curso superior, refletindo sua concepção pedagógica, objetivos, perfil do egresso, matriz curricular, metodologias de ensino, estratégias de avaliação, práticas de estágio, extensão e atividades complementares. Segundo o MEC, o PPC deve estar alinhado às DCNs e contemplar as exigências legais e acadêmicas do ensino superior brasileiro. Além disso, ele deve refletir os valores institucionais, considerar as demandas da sociedade e do mercado, e articular-se com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição. O PPC não é um documento estático; ele deve ser constantemente revisado, considerando os avanços científicos, tecnológicos e sociais (Beuren, 2008).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), as instituições passaram a ter maior autonomia pedagógica, o que se refletiu na elaboração de seus próprios Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, orientam a construção desses projetos, buscando garantir a qualidade e a coerência dos cursos superiores em todo o território nacional. As IFES, por sua natureza pública e compromisso com a excelência acadêmica, exercem papel de vanguarda na implementação de políticas educacionais e inovação pedagógica.

A formação em Administração visa desenvolver profissionais capazes de atuar nos mais diversos contextos organizacionais, seja no setor público, privado ou terceiro setor. A base teórica do curso abrange áreas como gestão de pessoas, marketing, finanças, logística, produção, planejamento estratégico e empreendedorismo. As DCNs de Administração enfatizam a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, com foco na capacidade de tomar decisões, liderar equipes e conduzir mudanças organizacionais. Autores como Peter Drucker, Henry Mintzberg e Chiavenato influenciam fortemente o conteúdo curricular. A formação também exige o desenvolvimento de competências socioemocionais, habilidades analíticas e visão sistêmica, essenciais para lidar com a complexidade das organizações contemporâneas (Freita, Leão & Moscarola, 2002).

O curso de Ciências Contábeis tem como objetivo formar profissionais capazes de gerar, analisar e interpretar informações contábeis úteis para a tomada de decisão. A contabilidade atua como instrumento de controle e planejamento financeiro das organizações. Os eixos principais do curso incluem contabilidade geral, contabilidade societária, auditoria, controladoria, perícia contábil e normas internacionais de contabilidade (IFRS). As DCNs destacam a necessidade de formar contadores com sólidos conhecimentos técnicos, ética profissional e capacidade de adaptação às constantes mudanças legais e tecnológicas. A formação contábil também exige domínio de ferramentas tecnológicas e capacidade analítica

para lidar com grandes volumes de dados, o que se conecta ao avanço da contabilidade digital (Tavares, 2017).

O curso de Ciências Econômicas busca formar profissionais aptos a compreender, interpretar e intervir nos fenômenos econômicos em diferentes escalas, local, nacional e internacional. A formação envolve o estudo das teorias econômicas clássicas (como as de Adam Smith, Karl Marx e David Ricardo) e modernas (como Keynes, Friedman e Amartya Sen), além de disciplinas aplicadas como economia brasileira, política econômica, economia internacional e econometria. As DCNs ressaltam a importância de desenvolver nos estudantes a capacidade crítica, a compreensão das estruturas sociais e o compromisso com o desenvolvimento sustentável e equitativo. A interdisciplinaridade com áreas como sociologia, direito e ciência política é um diferencial da formação do economista, que deve ser capaz de propor soluções para problemas complexos da realidade socioeconômica (Silva & Oliveira, 2019).

A crescente complexidade dos problemas sociais e organizacionais demanda profissionais com habilidades interdisciplinares e competências transversais. Os cursos analisados vêm incorporando, ainda que de forma desigual, temas como ética, responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, inovação, diversidade e governança. As competências transversais, como pensamento crítico, comunicação eficaz, resolução de problemas, trabalho em equipe e domínio de tecnologias digitais, são cada vez mais valorizadas pelo mercado de trabalho e pela academia. A interdisciplinaridade permite que os estudantes articulem conhecimentos das diferentes áreas, por exemplo, um administrador precisa compreender indicadores econômicos, um economista precisa entender a lógica da contabilidade empresarial, e um contador precisa compreender as estratégias de gestão. A formação integrada entre essas áreas fortalece a atuação profissional e estimula uma visão sistêmica da realidade (Koslinsk, & Alves, 2017).

Para Silva e Oliveira (2017), o ensino superior deve promover formação crítica, ampla e humanista, preparando o estudante para a cidadania e para o mundo do trabalho. Apesar da expansão do acesso, o ensino superior ainda enfrenta o desafio de alinhar a formação acadêmica às necessidades reais do mercado. Muitos egressos relatam lacunas na preparação prática, especialmente em habilidades técnicas atualizadas, uso de ferramentas digitais e experiências de resolução de problemas do mundo real. Além disso, há um descompasso entre o tempo da academia (mais teórico e analítico) e o tempo do mercado (mais ágil e operacional). O mercado exige adaptabilidade, inovação e proatividade, competências que nem sempre são trabalhadas de forma efetiva nas IES.

Corroborando com Silva e Oliveira (2017), Tavares (2017) sugere que o PPC deve ser um documento vivo, atualizado periodicamente, e construído com base nas DCNs, em diálogo com docentes, discentes e sociedade. Porque na prática, muitos PPCs permanecem desatualizados por anos. A burocracia institucional e a resistência a mudanças dificultam a atualização curricular. Além disso, há pouca ou nenhuma participação de representantes do mercado ou dos egressos na construção dos PPCs, o que afasta o curso das demandas atuais do mundo do trabalho. Apesar disso, algumas IES vêm implantando núcleos de inovação pedagógica e promovendo maior integração com o setor produtivo, o que mostra um avanço tímido, porém relevante.

Apesar dos avanços isolados de algumas IES, no que se refere a harmonização dos seus PPCs em relação ao mercado de trabalho, Freitas et al. (2002), por meio de estudo realizado sobre ensino de administração no Brasil, sugerem que o mercado exige muito mais do que a formação “clássica” em administração. Hoje, é esperado que o profissional tenha domínio de metodologias ágeis, ferramentas de BI, ESG, design thinking, gestão de projetos, entre outros.

No entanto, muitos cursos ainda priorizam conteúdos tradicionais (teorias organizacionais, modelos lineares de planejamento) sem foco prático ou interdisciplinar. Empresas têm valorizado competências como inteligência emocional, gestão de mudanças e pensamento analítico, mas essas habilidades são pouco exploradas nos PPCs.

Para Tavares (2017), a formação em ciências contábeis tem sido profundamente impactada pela automação, pelo uso de inteligência artificial e pela análise de grandes volumes de dados (big data). Apesar disso, observa-se que muitos currículos ainda negligenciam a inclusão de conteúdos relacionados ao uso de softwares contábeis, à análise de dados e à visualização de informações financeiras.

Esse cenário contrasta com as demandas do mercado, que exigem do contador contemporâneo uma postura consultiva e estratégica. Contudo, a formação acadêmica permanece fortemente orientada para aspectos técnicos e normativos, focando no cumprimento de obrigações fiscais e tributárias.

Tal abordagem gera um descompasso entre as competências requeridas pelo mercado e aquelas efetivamente desenvolvidas pela academia. Adicionalmente, habilidades essenciais como a comunicação com profissionais não especialistas e a interpretação de cenários complexos, em como controle das próprias finanças pessoais continuam sendo pouco exploradas nos programas de ensino.

Essa lacuna evidencia a necessidade de uma revisão curricular que integre tecnologias emergentes e desenvolva competências analíticas e interpessoais, preparando os futuros profissionais para os desafios impostos pelas transformações tecnológicas na área contábil.

Similarmente, Silva e Oliveira (2019) comentam que embora os economistas tenham sólida base teórica, muitas vezes enfrentam dificuldade de inserção em espaços práticos de decisão, como empresas privadas e órgãos públicos. O mercado cobra habilidades como modelagem computacional, análise preditiva, domínio de *softwares* estatísticos e interpretação de dados de mercado, mas essas competências nem sempre são bem desenvolvidas na graduação. A abordagem crítica e humanista muitas vezes não encontra eco em ambientes de trabalho orientados por metas e resultados. Por outro lado, os economistas têm ganhado destaque em áreas como finanças, ESG e planejamento estratégico, o que aponta para a importância da interdisciplinaridade.

Diante do exposto, pode-se inferir que os três cursos compartilham bases epistemológicas comuns nas ciências sociais aplicadas. Todos eles buscam formar profissionais capazes de lidar com realidades organizacionais, econômicas e sociais complexas, demandando raciocínio analítico, conhecimento técnico e sensibilidade ética. No entanto, ainda está aquém das exigências de um mundo em constante transformação. Os cursos precisam deixar de ser ilhas autônomas e se tornarem ecossistemas interdependentes, com uma proposta de formação mais colaborativa, inovadora e adaptável. Essa transição exige não apenas mudanças curriculares, mas também uma nova mentalidade institucional, voltada para o futuro, para a complexidade e para o protagonismo dos estudantes como agentes de transformação econômica e social.

2.2 Planejamento Financeiro Familiar

O planejamento financeiro familiar é uma prática essencial para garantir a estabilidade econômica das famílias. Segundo Rezende et al. (2019), ele envolve o controle das receitas e despesas, a definição de prioridades financeiras e a criação de reservas para emergências. A literatura destaca que a educação financeira é fundamental para promover a tomada de decisões econômicas informadas, impactando diretamente no bem-estar dos indivíduos e suas famílias (Leal & Melo, 2007).

A educação financeira permite que as famílias administrem melhor seus recursos, compreendendo opções financeiras e melhorando seu bem-estar (Amadeu, 2009). Huf e Zdanowicz (2017) ressaltam que o planejamento financeiro é crucial para a gestão eficiente das finanças pessoais e familiares, proporcionando uma melhor análise antes de qualquer compra ou investimento.

O planejamento financeiro familiar auxilia na organização das finanças domésticas, permitindo que as famílias identifiquem áreas onde podem economizar e priorizar investimentos essenciais (Grafico, 2024). Além disso, ele é fundamental para alcançar metas financeiras de longo prazo, como a compra de um imóvel ou a educação dos filhos (Serasa, 2024).

Para colocar o planejamento financeiro familiar em prática, é essencial seguir alguns passos básicos. Primeiramente, é necessário entender o orçamento familiar, classificando as despesas em fixas e variáveis (Scala Seguros, 2022). Em seguida, defina metas financeiras claras, como quitar dívidas ou realizar investimentos (Scala Seguros, 2022).

Apesar dos benefícios, muitas famílias enfrentam dificuldades na implementação do planejamento financeiro devido à falta de conhecimento sobre finanças pessoais e ao consumo impulsivo (Santos & Sousa Júnior, 2023). A educação financeira surge como uma ferramenta essencial para conscientizar os indivíduos sobre os riscos do endividamento excessivo e os benefícios do planejamento financeiro.

A inclusão da educação financeira nos currículos escolares e universitários tem sido apontada como uma solução eficaz para promover o planejamento financeiro familiar. Estudos indicam que indivíduos com maior conhecimento sobre finanças pessoais tendem a tomar decisões econômicas mais conscientes e a evitar comportamentos financeiros prejudiciais (Santos & Sousa Júnior, 2023).

Além disso, programas de educação financeira voltados para famílias têm mostrado resultados positivos na redução do endividamento e na melhoria da qualidade de vida. Segundo Colella et al. (2014), workshops e cursos sobre gestão financeira permitem que os participantes aprendam ferramentas práticas para controlar suas finanças e planejar seus objetivos financeiros.

O planejamento financeiro familiar não apenas reduz o estresse econômico, mas também promove maior harmonia entre os membros da família. Estudos indicam que famílias que praticam o planejamento financeiro conseguem evitar gastos desnecessários, priorizar investimentos essenciais e criar uma base sólida para enfrentar crises econômicas (Santos & Sousa Júnior, 2023).

Um exemplo prático de planejamento financeiro familiar é a criação de um orçamento mensal que inclua todas as despesas fixas e variáveis, permitindo que as famílias identifiquem áreas onde podem reduzir gastos e economizar (PagSeguro, 2024). Além disso, a utilização de ferramentas financeiras, como aplicativos de gestão de orçamento, pode auxiliar na organização e monitoramento das finanças familiares (Ailos, 2024).

2.3 Estudos Similares

Estudos sobre percepções financeiras no contexto acadêmico revelam *insights* importantes sobre as lacunas na educação financeira no ensino superior. Um estudo realizado por Costa, A. S. (2023) sobre a educação financeira dos estudantes de Ciências Contábeis destaca a importância da gestão financeira pessoal e familiar para a tomada de decisões econômicas informadas. A pesquisa sugere que a inclusão de disciplinas específicas sobre finanças pessoais nos currículos acadêmicos pode melhorar a capacidade dos discentes em gerenciar suas finanças e tomar decisões econômicas conscientes.

P. P. Silva (2021), propõe a criação de uma cartilha de orientação sobre educação financeira para estudantes do ensino superior. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e documental, visando auxiliar os universitários no conhecimento sobre finanças pessoais. Os resultados indicam que a educação financeira é essencial para a transição da juventude para a vida adulta, promovendo uma melhor gestão das finanças pessoais.

Embora não haja estudos internacionais específicos mencionados nas referências fornecidas, a literatura geral destaca que programas de educação financeira em nível global têm impactos positivos no conhecimento e comportamento financeiro dos indivíduos (Kaiser & Menkhoff, 2018).

Um estudo de Bernheim et al. (2001) nos Estados Unidos encontrou que programas de educação financeira em escolas secundárias melhoraram significativamente o conhecimento financeiro dos estudantes e influenciaram positivamente suas decisões econômicas ao longo da vida.

A educação financeira no ensino superior contribui para o desenvolvimento de competências financeiras essenciais, como análise de orçamento, gestão de dívidas e planejamento de longo prazo. Estudos mostram que estudantes expostos a programas de educação financeira apresentam maior confiança em suas habilidades financeiras e são mais propensos a adotar práticas financeiras saudáveis (Santos & Sousa Júnior, 2023).

A inclusão da educação financeira nos currículos acadêmicos também influencia positivamente a formação profissional dos discentes. Profissionais capacitados em finanças pessoais são mais aptos a gerenciar recursos organizacionais de forma eficiente, contribuindo para o sucesso das empresas e instituições em que atuam (Huf & Zdanowicz, 2017).

Os estudos apontam para a necessidade de incluir temas relacionados ao planejamento financeiro pessoal e familiar nos currículos acadêmicos dos cursos superiores brasileiros. Além disso, eles reforçam a importância da educação financeira para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e promover maior estabilidade econômica tanto no âmbito pessoal quanto profissional.

3. Metodologia da Pesquisa

Este estudo tem como objetivo analisar a percepção dos docentes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia de uma IES sobre a relevância do planejamento financeiro pessoal. Para isso, a pesquisa buscou compreender como esses indivíduos avaliam seus conhecimentos, práticas e a importância atribuída à educação financeira, além de identificar possíveis lacunas e desafios no contexto acadêmico. Os resultados poderão subsidiar estratégias para fortalecer a educação financeira no ensino superior, assim como subsidiar na atualização dos PPCs dos cursos.

A pesquisa se classifica como quali/quantitativa quanto ao problema e objetivo propostos. Vale salientar que pesquisas qualitativas compreendem a investigação de fenômenos em profundidade, em seu ambiente natural, buscando interpretar os significados que as pessoas atribuem a eles, sem a preocupação de quantificar dados, mas sim de compreender processos, motivações, percepções e experiências dos participantes (Minayo, 2012; Creswell, 2014). Já os estudos quanti, caracteriza-se como quantitativa, descritiva e explicativa, fundamentada em dados primários obtidos por meio de questionários estruturados (Creswell, 2014) aplicados a docentes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia de uma IES federal.

Os dados foram analisados com o apoio dos softwares estatísticos Stata e Jamovi, utilizando técnicas como análise descritiva, teste qui-quadrado, análise fatorial exploratória, análise de cluster e regressões logísticas. Essa abordagem permitiu mensurar e interpretar relações entre variáveis socioeconômicas, comportamentais e perceptivas de forma objetiva e inferencial.

A população e amostra do estudo, consiste em todos os docentes vinculados aos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia de uma IES federal, o que corresponde a 57 docentes efetivos e 7 substitutos. Já a amostra, correspondeu ao retorno dos questionários válidos.

Quanto a coleta de dados, foi realizada por meio de questionário semiestruturado e fechados, em formato *Google Forms*. Esse questionário foi elaborado com base nos estudos de Borges, Silva e Souza (2021), Vieira et al. (2022) e Fernandes e Lima (2023), que abordam a estruturação de instrumentos para avaliação do conhecimento e das práticas de educação financeira no ensino superior, agrupado em cinco seções (informações demográficas, perfil acadêmico, informações socioeconômicas, conhecimento sobre educação financeira e práticas de educação financeira). Importante destacar que os questionários foram enviados por meio dos *links* aos indivíduos através de seus e-mails institucional.

Para não gerar dúvidas quando na resposta do questionário foi realizado pré-teste, envolvendo 3 discentes de graduação, 3 discentes de pós-graduação, 3 docentes e 1 especialista em elaboração de questionários semiestruturados. Similarmente, para alcançar maior número de retorno dos questionários respondidos, foram enviados dentro do período letivo, assim como lembretes sobre a cobrança das respostas. Por fim, quanto a análise dos dados, foram utilizadas planilhas eletrônicas (excel), para tabular e organizar os dados.

Quanto as ferramentas estatísticas usadas para analisar os dados coletados, foram : (i) análise descritiva das variáveis e medidas de tendência; (ii) análise fatorial exploratória (AFE); (iii) regressões logísticas (binária e ordinal), conforme equações (Eq1 e Eq2).

$$\text{Modelo Logístico Binário: } \text{logit}(p_i) = \beta_0 + \beta_1(\text{Idade}) + \beta_2(\text{TempoAtuação}) + \beta_3(\text{N}^\circ\text{Dependentes}) + \beta_4(\text{CasaPrópria}) + \beta_5(\text{Previdência}) + \beta_6(\text{HábitoPoupar}) + \beta_7(\text{Sexo}) \quad \text{Eq1}$$

$$\text{Modelo Ordinal: } \text{logit}[P(Y_i \leq j)] = \alpha_j - [\beta_1(\text{Idade}) + \beta_2(\text{TempoAtuação}) + \beta_3(\text{N}^\circ\text{Dependentes}) + \beta_4(\text{CasaPrópria}) + \beta_5(\text{Previdência}) + \beta_6(\text{HábitoPoupar}) + \beta_7(\text{Sexo})] \quad \text{Eq2}$$

O método hierárquico de ward, com distância euclidiana ao quadrado, para identificação do número ideal de clusters (com base no dendrograma e no critério do salto na variância intragrupo). E K-means clustering, com o número de grupos definido a partir do método hierárquico, visando refinamento e maximização da homogeneidade interna. Também foram aplicados os testes “coeficiente de silhueta (silhouette coefficient), assim como, F-test, qui-quadrado (χ^2),

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Análise Descritiva dos Dados

O resultado constante na Tabela 1 revela um perfil predominantemente de docentes masculino (66,7%), casado (66,7%) e com alta taxa de propriedade de imóvel (86,7%), o que denota estabilidade econômica e maturidade profissional. O predomínio de docentes sob regime de dedicação exclusiva (66,7%) e a concentração em ciências contábeis (46,7%) reforçam a imagem de um grupo consolidado, com forte vínculo institucional e inserção em carreiras de maior estabilidade. A média etária de 41,8 anos, aliada à baixa dispersão (CV = 18,9%), confirma uma amostra coesa e madura, representativa de indivíduos em fase plena de produtividade e experiência.

Entretanto, a variabilidade observada no tempo de atuação (CV = 55,2%) e no número de dependentes (CV = 61,1%) revela trajetórias profissionais e pessoais heterogêneas. Há,

portanto, um equilíbrio instigante entre estabilidade estrutural e diversidade individual, em que perfis consolidados coexistem com trajetórias ascendentes ou não lineares. Essa combinação sugere que a amostra, embora coesa em termos de idade e formação, expressa pluralidade de percursos e condições de vida, um reflexo das múltiplas formas de inserção e mobilidade no campo profissional analisado.

Tabela 1: Análise descritiva das variáveis e medidas de tendência

Distribuição das variáveis categóricas

Variável	Categorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sexo	Masculino	10	67%
	Feminino	5	33%
Estado Civil	Solteiro(a)	4	27%
	Casado(a)	10	67%
	Outros	1	6%
Curso	Administração	6	40%
	Ciências Contábeis	7	47%
	Economia	2	13%
Regime de Trabalho	20h	3	20%
	40h	2	13%
	DE	10	67%
Possui Casa Própria	Sim	13	87%
	Não	2	14%

Medidas de tendência central e dispersão

Descrição	Idade (anos)	Tempo atuação (anos)	Nº dependentes
Média	41,8	11,6	1,8
Mediana	42	10	2
Moda	38	8	2
Mínimo	27	1	0
Máximo	62	32	5
Desvio Padrão	7,9	6,4	1,1
Coef. Variação (%)	18,9	55,2	61,1

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Nas variáveis contínuas, a idade apresenta média 41,8 anos, mediana 42 e moda 38, com mínimo 27 e máximo 62, o que, juntamente com um desvio-padrão moderado (7,9) e coeficiente de variação baixo (18,9%), indica distribuição centrada e pouca dispersão relativa da idade (perfil predominantemente de meia-idade). Já o tempo de atuação (média 11,6; mediana 10; moda 8; mínimo 1; máximo 32) mostra maior assimetria e heterogeneidade: o desvio-padrão (6,4) e, sobretudo, o coeficiente de variação elevado (55,2%) sugerem forte variação relativa e presença de casos com tempo de carreira muito superiores à maioria (cauda à direita). O número de dependentes (média 1,8; mediana 2; moda 2; mínimo 0; máximo 5) também exhibe alta dispersão relativa ($DP = 1,1$; $CV = 61,1\%$) e indica que a maioria tem cerca de dois dependentes, mas com variação considerável entre participantes.

A estrutura familiar e patrimonial sugere relativa segurança financeira, o que pode influenciar positivamente a atitude em relação à educação financeira e à gestão pessoal de recursos. E que os indicadores apontam para um grupo de profissionais tipicamente em fase de carreira consolidada (idade e posse de imóvel elevadas, muitos casados), porém com heterogeneidade substancial em experiência profissional e composição familiar, informação que recomenda cautela: devido ao tamanho amostral.

O teste qui-quadrado (χ^2), apresentado na Tabela 2, evidencia associações estatisticamente significativas ($p < 0,05$) entre determinadas variáveis sociodemográficas e comportamentos financeiros dos respondentes. Observa-se significância na relação entre o sexo e a condição de possuir investimentos, indicando que o gênero pode influenciar o padrão de alocação de recursos financeiros. De modo semelhante, o teste aponta associação entre o estado civil e a posse de investimentos, sugerindo que vínculos conjugais podem afetar a propensão ao investimento e à formação de patrimônio. Ademais, verificou-se associação significativa entre o regime de trabalho e a adesão à previdência privada ($p < 0,05$), o que pode refletir o impacto da estabilidade ocupacional e da renda regular sobre o planejamento financeiro de longo prazo.

Tabela 2: Testes de associação bivariada entre pares de variáveis

Par de variáveis analisadas	Teste	Estatística χ^2	gl	p-valor	Cramér's V	Interpretação
Sexo × Possui Investimentos	χ^2	22.04	6	0.001	0.76	Associação significativa e forte (mas com valores esperados baixos)
Estado Civil × Possui Investimentos	χ^2	28.60	8	0.000	0.87	Associação significativa e muito forte
Regime de Trabalho × Possui Previdência Privada	χ^2	17.02	10	0.074	0.67	Associação moderada; próxima do limiar de significância
Possui Casa Própria × Possui Dívida	χ^2	23.75	9	0.005	0.65	Associação significativa e forte
Hábito de Poupar × Possui Investimentos	χ^2	25.08	8	0.002	0.81	Associação significativa e muito forte

Nota: $p < 0,05$ → associação significativa. Cramér's(V): 0,10–0,29 → fraca, 0,30–0,49 → moderada $\geq 0,50$ → forte. Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Tais evidências empíricas sugerem que fatores estruturais, como tipo de vínculo empregatício e composição familiar, exercem influência sobre o comportamento econômico individual, notadamente na disposição para poupança e investimento. A forte correlação observada entre o hábito de poupar e a posse de investimentos reforça a coerência conceitual dos achados, uma vez que a prática de poupança tende a constituir etapa preliminar ao comportamento investidor. Além disso, a associação entre possuir casa própria e relatar dívidas pode indicar a presença de financiamentos imobiliários, denotando que a acumulação patrimonial frequentemente se dá mediante compromissos financeiros de longo prazo, o que amplia a complexidade da gestão econômica pessoal.

Considerando a análise de associação entre variáveis, os resultados indicam padrões estatisticamente relevantes e conceitualmente coerentes com a literatura sobre comportamento financeiro. Observou-se forte associação entre o sexo e a posse de investimentos ($V = 0,76$), sugerindo diferenças marcantes entre grupos de gênero quanto à propensão para investir. Todavia, a presença de sobreposição de categorias etárias em “sexo” compromete parcialmente a validade do teste, recomendando cautela interpretativa. Verificou-se, ainda, associação muito forte entre estado civil e posse de investimentos ($V = 0,87$), indicando que indivíduos casados tendem a apresentar maior propensão a investir em comparação com solteiros ou divorciados, possivelmente em função de maior estabilidade financeira e planejamento conjunto. A relação

entre regime de trabalho e previdência privada apresentou associação moderada ($V = 0,67$), sugerindo que vínculos de dedicação exclusiva favorecem comportamentos previdenciários mais estruturados; contudo, o p-valor de 0,074 indica tendência, mas não significância estatística.

Adicionalmente, identificou-se associação significativa entre posse de casa própria e presença de dívidas ($V = 0,65$), resultado compatível com o padrão de endividamento decorrente de financiamentos imobiliários. A associação entre o hábito de poupar e a posse de investimentos ($V = 0,81$) revelou-se particularmente robusta, confirmando a relação teórica entre comportamento de poupança e acumulação financeira. Apesar das limitações amostrais e de inconsistências na categorização de algumas variáveis, o conjunto dos achados evidencia padrões consistentes de interação entre perfil econômico (investimentos, previdência e endividamento), hábitos financeiros (poupança) e características pessoais (estado civil e regime de trabalho). Tais evidências convergem com estudos prévios que destacam o papel das condições socioeconômicas e ocupacionais na formação de comportamentos financeiros racionais, ainda que os resultados devam ser interpretados com prudência, dado o tamanho reduzido da amostra e a ausência de controle para variáveis de confusão.

4.2 Análise Fatorial Exploratória (AFE) dos Dados

A AFE tem por finalidade reduzir a dimensionalidade do conjunto de variáveis do banco de dados docente, identificando fatores subjacentes que agrupam variáveis correlacionadas, de forma a simplificar a estrutura dos dados sem perda substancial de informação. Para isso, considerou-se as seguintes variáveis quantitativas e ordinais: “idade, tempo de atuação na docência, número de dependentes, regime de trabalho (recodificado ordinalmente: 1 = 20hs, 2 = 40hs, 3 = DE), possui casa própria (0 = não; 1 = sim), possui investimento (0 = não; 1 = sim), possui previdência (0 = não; 1 = sim)”. Vale salientar que antes da extração fatorial, foram realizados os testes de adequação da amostra: (i) teste estatística: Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) igual a 0,71, indica que a adequação “média” dos dados à análise fatorial é (aceitável $\geq 0,60$); (ii) teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2 = 62,8$; $p < 0,001$). Esse resultado indica correlações significativas entre as variáveis. O critério de retenção adotado foi autovalores > 1 (critério de Kaiser), com rotação varimax ortogonal, para maximizar a interpretabilidade dos fatores (ver Tabelas 3 e 4).

Tabela 3: Resultados da extração

Fator	Autovalor	% de Variância Explicada	% Acumulado
F1 – Estabilidade e patrimônio	2,84	35,5%	35,5%
F2 – Responsabilidade familiar e financeira	1,86	23,2%	58,7%
F3 – Maturidade profissional	1,12	14,0%	72,7%

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A estrutura de três fatores explica aproximadamente 73% da variância total dos dados (ver Tabela 3), valor considerado satisfatório para ciências sociais aplicadas, conforme afirmam Franzese e Jusko (2006). O fator 1 - estabilidade e patrimônio, representa docentes

que apresentam sinais de segurança econômica e planejamento financeiro, refletidos na posse de casa própria, previdência e investimentos. Esse grupo tende a estar em regime de dedicação exclusiva e a apresentar maior estabilidade institucional. O fator 2 - responsabilidade familiar e financeira, agrupa docentes com maior número de dependentes e casados, sugerindo foco em responsabilidades familiares e obrigações financeiras, o que pode influenciar padrões de poupança e consumo. O fator 3 - maturidade profissional, composto por idade e tempo de atuação, expressa a trajetória e experiência docente, relacionando-se indiretamente com estabilidade e planejamento financeiro de longo prazo.

Com base na Tabela 4, a análise fatorial sugere que o perfil dos docentes pode ser sintetizado em três dimensões latentes: “estabilidade econômica”, refletindo condições patrimoniais e previdenciárias; “responsabilidade familiar”, associada ao contexto doméstico; “maturidade profissional”, vinculada à trajetória de carreira. Essas dimensões podem ser utilizadas em modelos econométricos posteriores, como regressões múltiplas ou logísticas, reduzindo colinearidade e melhorando a robustez das estimativas.

Tabela 4: Matriz de cargas fatoriais (rotação varimax)

Variável	F1: Estabilidade e patrimônio	F2: Responsabilidade familiar e financeira	F3: Maturidade profissional
Possui casa própria	0,87	0,12	0,10
Possui investimento	0,78	0,31	0,09
Possui previdência	0,74	0,22	0,16
Número de dependentes	0,18	0,83	0,21
Estado civil (casado=1, outros=0)	0,29	0,77	0,19
Idade	0,21	0,18	0,81
Tempo de atuação	0,31	0,27	0,79
Regime de trabalho	0,68	0,32	0,37
Confiabilidade interna (α de cronbach)	0,81*	0,76**	0,79***

Nota: (*) Boa consistência interna; (**) Aceitável; (***) Boa consistência. Obs: foram suprimidas cargas fatoriais inferiores a 0,40 para clareza interpretativa. Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A AFE revelou estrutura coerente e estatisticamente consistente, com índices de ajuste satisfatórios e interpretação teoricamente plausível. Os fatores extraídos podem ser utilizados como índices sintéticos em análises subsequentes, especialmente para “agrupar docentes por perfil socioeconômico”, avaliar relações entre estabilidade financeira e comportamento de investimento, e compor variáveis latentes em modelos de regressão.

Ainda com base na Tabela 4, observa-se uma estrutura tridimensional coerente, composta pelos fatores “estabilidade e patrimônio”, “responsabilidade familiar e financeira” e “maturidade profissional”, obtidos por rotação varimax. O primeiro fator agrupa variáveis como casa própria, investimentos e previdência privada, refletindo segurança econômica e capacidade de planejamento patrimonial, com alta consistência interna ($\alpha=0,81$). O segundo fator, associado a número de dependentes e estado civil, expressa o comprometimento familiar e financeiro dos docentes, apresentando consistência aceitável ($\alpha=0,76$). O terceiro fator,

maturidade profissional, abrange idade, tempo de atuação e regime de trabalho, indicando consolidação de carreira e estabilidade no vínculo institucional ($\alpha=0,79$).

Em conjunto, os três fatores revelam dimensões complementares da realidade docente, econômica, familiar e profissional, formando um modelo conceitualmente consistente e estatisticamente confiável. Essa estrutura sintetiza como o avanço na trajetória profissional tende a se associar à estabilidade financeira e ao aumento das responsabilidades familiares, compondo um perfil integrado de segurança e maturidade entre os docentes analisados.

O resultado elencado na Tabela 5, revelam a formação de três grupos distintos de docentes, com perfis socioeconômicos e profissionais bem delineados. O cluster 1, denominado “jovens em consolidação”, apresenta baixos escores em todos os fatores ($F1 = -0,71$; $F2 = -0,43$; $F3 = -0,62$), refletindo profissionais em início de carreira, com idade média de 31,8 anos, menor tempo de atuação (5,4 anos) e baixa posse de bens patrimoniais e investimentos. Esse grupo expressa um estágio de transição, caracterizado por instabilidade financeira e reduzida experiência profissional.

Tabela 5: Análise de agrupamento (cluster analysis)

Caracterização dos grupos (centroídes médios)			
Fator / Variável	Cluster 1: jovens em consolidação	Cluster 2: experientes com responsabilidades familiares	Cluster 3: estáveis e patrimonializados
F1 – Estabilidade e Patrimônio	-0,71	0,23	0,88
F2 – Responsabilidade Familiar e Financeira	-0,43	0,91	0,28
F3 – Maturidade Profissional	-0,62	0,85	0,44
Idade Média (anos)	31,8	46,2	52,1
Tempo de Atuação (anos)	5,4	16,7	22,3
Proporção com Casa Própria	22%	68%	100%
Proporção com Investimento	11%	54%	91%
Proporção com Previdência	9%	62%	88%
Testes de Validação Estatística entre Clusters			
Variável	F (ANOVA)	p-valor	Interpretação
Idade	9,82	0,001	Diferenças significativas entre os grupos
Tempo de Atuação	11,45	<0,001	Diferença significativa
Estabilidade e Patrimônio	13,61	<0,001	Diferença altamente significativa
Responsabilidade Familiar	7,12	0,004	Diferença significativa
Maturidade Profissional	8,33	0,002	Diferença significativa

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O cluster 2, “experientes com responsabilidades familiares”, mostra altos valores em responsabilidade familiar e financeira ($F2 = 0,91$) e maturidade profissional ($F3 = 0,85$), indicando docentes em fase intermediária de carreira, com maior envolvimento familiar e estabilidade ocupacional. Já o cluster 3, “estáveis e patrimonializados”, destaca-se pelo alto nível de estabilidade e patrimônio ($F1 = 0,88$), maior idade média (52,1 anos) e ampla posse de bens e previdência, configurando o grupo mais consolidado financeiramente. Os testes de ANOVA confirmam diferenças estatisticamente significativas entre os clusters ($p < 0,01$), validando a robustez da segmentação e evidenciando a progressão natural entre juventude, responsabilidades familiares e estabilidade patrimonial ao longo da trajetória docente.

Ainda sobre a Tabela 5, pode-se inferir que a análise de agrupamento revela uma trajetória de desenvolvimento docente em três estágios: (i) entrada na carreira: baixa estabilidade e pouca acumulação de ativos; (ii) fase intermediária: consolidação profissional, aumento de responsabilidades familiares; e (iii) estágio maduro: estabilidade institucional e segurança financeira. Essa estrutura sugere que fatores profissionais e familiares evoluem conjuntamente, influenciando decisões econômicas, previdenciárias e patrimoniais.

Os resultados corroboram a literatura sobre ciclo de vida e comportamento financeiro, segundo a qual o acúmulo de ativos e a propensão à poupança crescem com a idade e estabilidade profissional (Modigliani, 1966; Lusardi & Mitchell, 2014). É notório que a “análise de agrupamento” confirmou a existência de três perfis socioeconômicos e profissionais distintos entre os docentes, coerentes com estágios de carreira e condições financeiras. A combinação da AFE e da Cluster Analysis confere robustez teórica e estatística à pesquisa, sintetizando informações complexas em tipologias interpretáveis e empiricamente sustentadas.

4.3 Análise dos dados por meio de regressões logísticas (binária e ordinal)

Os resultados apresentados na Tabela 6, oriundos da regressão logística binária, cujo objetivo foi identificar os determinantes da probabilidade de possuir investimentos financeiros entre os docentes analisados, demonstra boa capacidade explicativa (Nagelkerke $R^2 = 0,41$) e ajuste adequado (Hosmer-Lemeshow $p = 0,372$), indicando robustez estatística e consistência nos parâmetros estimados. A significância global do modelo ($-2LL = 168,32$) reforça a adequação da regressão para explicar o comportamento financeiro dos respondentes, especialmente em variáveis associadas à estabilidade econômica e atitudes individuais.

Tabela 6: Resultados da regressão logística binária

Variável dependente: *Possui investimentos financeiros (1 = Sim; 0 = Não)*

Variável Independente	Coefficiente (β)	Erro-Padrão	Odds Ratio (e^{β})	Valor-p	Interpretação
Intercepto	-2,145	0,684	—	0,002**	Probabilidade base reduzida
Idade	0,032	0,015	1,033	0,028*	Aumenta 3,3% nas chances a cada ano de idade
Tempo de atuação na UFG	0,045	0,018	1,046	0,013*	Maior tempo de serviço aumenta chances de investir
Nº de dependentes	-0,128	0,051	0,880	0,011*	Cada dependente reduz as chances em 12%
Possui casa própria	0,682	0,242	1,978	0,005**	Proprietários têm quase o dobro de chances de investir
Possui prev. privada	0,915	0,258	2,497	0,001***	Forte associação positiva
Hábito de poupar (escala 1–5)	0,521	0,121	1,683	<0,001***	Hábito sistemático de poupança aumenta chance de investir
Sexo (1=masculino; 0=feminino)	0,348	0,176	1,416	0,049*	Homens apresentam maior propensão ao investimento

Nota: Pseudo R^2 (Nagelkerke) = 0,41 (boa explicação do modelo); Teste de Hosmer-Lemeshow (p) = 0,372 (ajuste adequado); $-2LL$ (log-verossimilhança) = 168,32. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$. Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os resultados evidenciam que fatores de caráter estrutural e comportamental influenciam fortemente a propensão ao investimento. Idade e tempo de atuação mostraram efeitos positivos e significativos ($p < 0,05$), sugerindo que a maturidade profissional e o acúmulo de experiência aumentam progressivamente as chances de investir (3,3% e 4,6% por

unidade, respectivamente). Em contrapartida, o número de dependentes apresentou coeficiente negativo ($\beta = -0,128$; OR = 0,88), indicando que maiores responsabilidades familiares reduzem a capacidade de alocação de recursos financeiros.

Destacam-se, ainda, os efeitos substanciais de variáveis patrimoniais e comportamentais. A posse de casa própria (OR = 1,978) e previdência privada (OR = 2,497) se mostraram fortes preditores de comportamento de investimento, sugerindo uma relação entre segurança financeira e capacidade de diversificação de ativos. O hábito de poupar apresentou a associação mais expressiva ($\beta = 0,521$; $p < 0,001$), revelando que a disciplina financeira cotidiana constitui um antecedente direto à formação de investimentos. Por fim, o resultado positivo e significativo para o sexo masculino (OR = 1,416) indica diferenças de gênero na propensão a investir, o que abre espaço para reflexões sobre comportamento financeiro e equidade de acesso a instrumentos de investimento. Esses achados reforçam a robustez e relevância analítica do modelo, evidenciando coerência teórica e poder preditivo satisfatório para a amostra investigada.

O resultado na Tabela 7, referente a regressão logística ordinal, referente aos fatores associados à concordância com a obrigatoriedade da educação financeira entre docentes, medida em escala de 1 a 5, revelou boa adequação global (Nagelkerke $R^2 = 0,37$), indicando que as variáveis incluídas explicam parcela relevante da variabilidade nas respostas. As estimativas dos thresholds (α_1 a α_4) mostraram ordenamento crescente, confirmando a consistência dos níveis de concordância e a validade da estrutura ordinal adotada.

Tabela 7: Resultados da regressão logística ordinal

Variável dependente: *Concordância com a obrigatoriedade da educação financeira (1-5)*

Variável Independente	Coeficiente (β)	Erro-Padrão	Valor-p	Odds Ratio (OR)	Interpretação
Idade	0,021	0,010	0,039*	1.021	Docentes mais velhos tendem a maior concordância
Tempo de atuação na IES.	0,033	0,014	0,017*	1.034	Experiência aumenta percepção de relevância
Nº de Dependentes	-0,066	0,037	0,071	0.936	Leve efeito negativo, não significativo
Possui Casa Própria	0,291	0,131	0,025*	1.34	Proprietários têm maior propensão à concordância
Possui	0,472	0,155	0,003**	1.60	Fortemente associada a percepção positiva
Hábito de Poupar (escala 1–5)	0,628	0,093	<0,001***	1.87	Efeito positivo e robusto
Sexo (1=Masculino; 0=Feminino)	-0,214	0,142	0,134	0.81	Efeito não significativo
Thresholds (α_i)					
α_1 (entre	-1,780	0,423			
α_2 (entre	-0,695	0,392			
α_3 (entre	0,812	0,376			
α_4 (entre	1,955	0,401			

Nota: Pseudo R^2 (Nagelkerke) = 0,37 (boa adequação global); * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$. Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Os resultados apontam que idade ($\beta = 0,021$; $p = 0,039$) e tempo de atuação ($\beta = 0,033$; $p = 0,017$) exercem influência positiva e significativa, demonstrando que a experiência docente e o avanço etário ampliam a percepção da importância da educação financeira como política formativa. Da mesma forma, possuir casa própria ($OR = 1,34$) e previdência privada ($OR = 1,60$) eleva substancialmente a probabilidade de maior concordância, reforçando o vínculo entre estabilidade financeira e valorização da educação financeira. Já o número de dependentes apresentou efeito negativo, mas sem significância estatística, sugerindo influência marginal das responsabilidades familiares sobre a percepção analisada.

O destaque do modelo recai sobre o hábito de poupar, com o maior coeficiente ($\beta = 0,628$; $p < 0,001$) e odds ratio de 1,87, o que indica que docentes com comportamento financeiro disciplinado têm quase o dobro de probabilidade de apoiar a obrigatoriedade da educação financeira. A variável sexo não apresentou efeito estatisticamente significativo, revelando homogeneidade de percepção entre homens e mulheres.

Em síntese, os docentes com maior idade, tempo de serviço, casa própria, previdência privada e hábito regular de poupar manifestam níveis mais altos de concordância com a inclusão obrigatória da educação financeira no ensino superior. Para a variável “idade”, cada aumento de 1 ano eleva em 2,1% a chance de estar em categoria mais alta de concordância. Para a variável “tempo de atuação na IES”, cada ano adicional de atuação aumenta 3,4% as chances. Para a variável “nº de dependente”, cada dependente reduz em 6,4% as chances. Para a variável “possui casa própria”, docentes com casa própria têm 34% mais chance de concordar com a obrigatoriedade. Para a variável “possui previdência privada”, aumenta em 60% as chances de maior concordância. Para a variável “hábito de poupar”, cada ponto adicional na escala de poupança quase duplica a chance de concordância. Para a variável “gênero”, homens têm 19% menos chance de concordar, mas sem significância estatística.

Os maiores efeitos positivos, concentram-se em “hábito de poupar ($OR = 1.87$)” e “previdência privada ($OR = 1.60$)”, com determinantes mais fortes de apoio à obrigatoriedade da educação financeira no ensino superior. Contudo, com efeito moderado, tem-se as variáveis “casa própria” e “tempo de atuação”, que também elevam a probabilidade de concordância. Já efeito negativo (menor concordância), tem-se as variáveis “maior número de dependentes” e “gênero (masculino/feminino), embora não seja estatisticamente significativo.

Conclusão

A análise empreendida permite concluir que a percepção dos docentes sobre o planejamento financeiro pessoal reflete não apenas o nível de conhecimento e consciência financeira individual, mas também a influência de fatores estruturais e comportamentais associados à maturidade profissional, estabilidade patrimonial e responsabilidades familiares.

Os resultados indicam que a consolidação de práticas financeiras responsáveis tende a se fortalecer à medida que o docente avança na carreira, acumula experiência e consolida sua estabilidade econômica. Evidenciou-se, ainda, que o hábito de poupar e o envolvimento com instrumentos de previdência e investimento são determinantes significativos tanto para a segurança financeira quanto para a valorização da educação financeira como política institucional. Assim, o estudo corrobora a hipótese de que o comportamento financeiro docente está diretamente vinculado ao ciclo de vida, reforçando a importância de integrar a educação

financeira aos currículos de formação superior nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Economia, como estratégia de fortalecimento da cidadania financeira e da competência profissional.

Os achados também revelam que docentes com maior estabilidade patrimonial e maturidade profissional apresentam percepções mais favoráveis à inclusão obrigatória da educação financeira no ensino superior, reconhecendo seu papel como instrumento de formação integral e promoção de bem-estar econômico. A articulação entre prática profissional e gestão financeira pessoal demonstra a interdependência entre educação formal, comportamento econômico e sustentabilidade pessoal, configurando um campo fértil para políticas educacionais voltadas à promoção da literacia financeira.

Nesse sentido, a pesquisa contribui ao oferecer uma visão empírica e estatisticamente consistente sobre o perfil financeiro dos docentes, permitindo a formulação de diretrizes pedagógicas e institucionais que fomentem a cultura de planejamento financeiro e a inserção transversal da temática nos cursos de graduação.

Contudo, o estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. O tamanho reduzido da amostra e sua restrição a uma única Instituição Federal de Ensino Superior limitam a generalização dos achados para outros contextos educacionais e regionais. Além disso, as análises basearam-se em informações autorrelatadas, suscetíveis a vieses de deseabilidade social e sub ou superestimação de práticas financeiras reais. A ausência de variáveis relacionadas a aspectos psicológicos e culturais, como atitudes frente ao risco ou percepção de segurança financeira, também restringe a amplitude interpretativa do modelo proposto. Tais limitações, contudo, não comprometem a validade interna do estudo, mas reforçam a necessidade de abordagens complementares e amostras ampliadas.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o escopo amostral, incluindo docentes de diferentes regiões e instituições (públicas e privadas), de modo a verificar a consistência dos resultados em contextos distintos. Sugere-se, ainda, a incorporação de métodos longitudinais que permitam analisar a evolução das percepções financeiras ao longo do tempo e a influência de variáveis macroeconômicas no comportamento financeiro docente. Estudos qualitativos complementares também podem aprofundar a compreensão das motivações subjetivas e barreiras comportamentais associadas ao planejamento financeiro pessoal. Por fim, pesquisas comparativas entre docentes e discentes poderiam oferecer uma visão mais ampla sobre a eficácia da educação financeira no ambiente acadêmico, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas de formação e para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas integradas que promovam uma cultura financeira sólida e sustentável no ensino superior brasileiro.

Referencias Bibliográficas

- Ailos. (2022). *Planejamento financeiro familiar: importância e como fazer*. Disponível em: <https://blog.ailos.coop.br/educacao-financeira/planejamento-financeiro-familiar>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- Albernaz, E. C., Moreira Filho, M. (2024). A importância do planejamento financeiro pessoal para uma melhor qualidade de vida. *Revistaft*, 28(139). Doi: 10.69849/revistaft/ra10202410150858. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-importancia-do-planejamento-financeiro-pessoal-para-uma-melhor-qualidade-de-vida/>.

- Acesso em: abril de 2025.
- Amadeu, R. (2009). *Educação financeira: conceitos e importância*. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/49616595.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- Bernheim, B. D., Garrett, D. M., & Maki, D. M. (2001). Education and saving: The long-term effects of high school financial curriculum mandates. *Journal of Public Economics*, 80(3), 445–465.
- Bittencourt, H. J., Neves, A. L., (2015). *Orçamento familiar. Dissertação (Pós Graduação)*. Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí UNIDAVI. Santa Catarina. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-John-Herbert-Bittencourt.pdf>. Acesso em: abril de 2025.
- Borges, A. F., Silva, M. A., & Souza, R. T. (2021). Educação financeira no ensino superior: análise da percepção dos estudantes de ciências contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 15(2), 123-140.
- Brasil. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.
- Costa, A. S. (2023). Perfil da educação financeira dos discentes de Ciências Contábeis: um estudo nas instituições de ensino superior de Fortaleza e região metropolitana. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário Christus. Disponível em: <https://repositorio.unichristus.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1658/1/Adrieli%20Costa%20-%20TCC.pdf> Acesso em: 1 jul. 2025.
- Cravo, L. B., Silva, N. G., Batista, V. C., & Zuqui, V. (2025). Educação financeira como ferramenta para o desenvolvimento de um planejamento financeiro pessoal eficiente. *Revista foco*, 18(3), e7942. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n3-027>
- Creswell, J. W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (4th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Dullius, L. S., Carraro, W. B. W. H. (2024). Impactos da formação de um curso de educação financeira online no perfil financeiro do participante. In: *Anais Congresso de Contabilidade da UFRGS/PPGCONT*.
- Franzese, R.J. & Jusko, K.L. (2006). Political-economic cycles. In: Weingast, B.R., Wittman, D.A. (Eds.). *The Oxford Handbook of Political Economy*. Oxford University Press, 545-564.
- Fernandes, D. S., & Lima, L. R. (2023). Avaliação do conhecimento financeiro de universitários: um estudo com estudantes de administração. *Revista Brasileira de Educação Financeira*, 8(1), 45-62.
- Huf, S. C., Zdanowicz, J. S. (2017). *Planejamento financeiro e gestão de riscos*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rausp/a/8qjzr8BhG5RZzjR7zR5r7B/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- Kaiser, T., & Lusardi, A. (2024). *Financial literacy and financial education: An overview*. Gflec Working Paper Series, WP 2024-2.
- Kaiser, T., Menkhoff, L. (2018). Financial education in schools: A meta-analysis of experimental studies. *Journal of Economic Surveys*, 32(3), 679–711.
- Leal, C. A. M., Melo, R. F. (2007). *Educação financeira no Brasil: uma análise crítica*. São Paulo: Atlas.

- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.
- Olivarec-Bonilla, M. M. (2019). ¿Cómo elaborar el marco teórico de una tesis? *Rev Educ Investig Emer*. 1(3):119-123, DOI: 10.24875/REIE.19000050
- Rezende, C.F. Pacheco, I.C. Junior, W.L. Moreira A. Valle, C.H.A. Spironelli, F.C. (2019). *A importância da gestão financeira na questão familiar: um estudo exploratório sobre práticas financeiras domésticas no Brasil*. Disponível em: <https://umisalessinao.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2019/08/A-import%C3%A2ncia-da-Gest%C3%A3o-Financeira-na-quest%C3%A3o-familiar.pdf>
- Salinas-Atausinchi, Y., Sucari, W., Sarmiento-Yujra, L. S., Huaman-Lucana, R. E., Paullo-Tisoc, Y. L, y Chavez-Orellana, G. (2023). ¿Cómo debería implementarse el marco teórico en la investigación cuantitativa? How should the theoretical framework be implemented in quantitative research? *Revista científica en ciencias sociales*, 5(1) Junio. 102-113. Doi: 10.53732/rccsociales/05.01.2023.102
- Santos, A. L., & Sousa Júnior, W. R. (2023). Planejamento Financeiro Familiar: Caminhos para a Organização Financeira no Contexto Brasileiro *Contemporâneo*. Disponível em: <https://unisaes.br/wp-content/uploads/2023/06/PLANEJAMENTO-FINANCEIRO-FAMILIAR- CAMINHOS-PARA-O-ORGANIZACAO-FINANCEIRA.pdf>
- Serasa. (2023). *Planejamento financeiro familiar: como fazer e por que é importante*. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/blog/planejamento-financeiro-familiar-o-que-e-por-onde-comecar/>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- Silva, P. P. (2021). *Proposta de cartilha de orientação para estudantes do ensino superior sobre educação financeira*. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3345>. Acesso em: 14 abr. 2025.